

ADMINISTRAÇÃO

Administração, Sociologia e Análise Multiparadigmática

Patrícia Aparecida Ferreira¹
Edgard Alencar²
Cléria Donizete da Silva Lourenço³

Resumo: Dentre os campos que compõem a natureza multidisciplinar da administração, a sociologia do conhecimento pode ser considerada como uma aliada para compreensão das condições sociais ou existenciais do conhecimento na administração. Este artigo representa uma tentativa de explicitação de algumas relações entre administração e sociologia do conhecimento, de modo a propor a análise multiparadigmática como uma alternativa para os estudos em administração. Dentre as vertentes da sociologia do conhecimento, assume-se neste trabalho a forma paradigmática de se trabalhar a teoria social a partir de pensadores clássicos como Durkheim (abordagem do consenso), Marx (abordagem do conflito) e Weber (abordagem interpretativa). São apresentadas as principais orientações ontológicas, epistemológicas e metodológicas que as consubstanciam como paradigmas. A Administração incluiu muitas considerações desses paradigmas clássicos, que podem ser visualizadas nos paradigmas para análise organizacional desenvolvidos por Burrell e Morgan. O artigo também

¹ Graduação e doutorado em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Professora do Departamento de Administração e Economia da UFLA. E-mail: paf@dae.ufla.br

² Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutorado em Rural Social Development pela The University of Reading. Professor titular aposentado do Departamento de Administração e Economia da UFLA. E-mail: eddalencar@uol.com.br

³ Graduação em Administração pela Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administração de Varginha e doutorado em Administração pela UFLA. Professora do Departamento de Administração e Economia da UFLA. E-mail: cleria@dae.ufla.br

apresenta algumas considerações sobre o debate dos paradigmas, tais como: a incomensurabilidade, a ortodoxia do paradigma positivista, os pressupostos da Modernidade e o discurso da Pós-Modernidade. Não se pode negar a contribuição destas perspectivas para a construção do conhecimento, entretanto, novas abordagens devem ser visualizadas para a administração como campo do conhecimento. É neste sentido, que foi proposta a análise multiparadigmática como uma abordagem capaz de oferecer novos *insights* que podem tanto complementar quanto substituir velhos paradigmas de forma mais reflexiva. Além disso, ela não exige o pesquisador de trilhar as rotas tradicionais da pesquisa, tampouco o autoriza a descartá-las, conseqüentemente, isso não suprime os ensinamentos dos pensadores clássicos da Sociologia.

Palavras-chave: Administração. Sociologia do conhecimento e Análise multiparadigmática.

Administration, Sociology and Analysis multiparadigmatic

Abstract: Among the fields that make up the multidisciplinary nature of management, sociology of knowledge can be considered as an ally to understanding of the social or existential knowledge in administration. This article is an attempt at clarification of some relations between management and the sociology of knowledge, in order to propose an analysis multiparadigmatic as an alternative to studies in administration. Among the aspects of the sociology of knowledge, it is assumed in this paper the paradigmatic form of working social theory from classical thinkers as Durkheim (consensus approach), Marx (conflict approach) and Weber (interpretive approach). It presents the main guidelines ontological, epistemological and methodological paradigms that embody how. The Administration has included many of these considerations classical paradigms, which can be viewed in the paradigms for organizational analysis developed by Burrell and Morgan. The article also presents some thoughts on the discussion of the paradigms, such as incommensurability, the orthodoxy of the positivist paradigm, the assumptions of the discourse of modernity and post-modernity. One cannot deny the contribution of these perspectives for the construction of knowledge; however, new approaches should be viewed for administration as a field of knowledge. In this sense, the analysis that was proposed as a multi-paradigmatic approach can provide new insights that can both complement as replacing old paradigms in a more reflective. Moreover, it does not absolve the researcher to tread the traditional routes of research, neither authorizes discard them, therefore, it does not suppress the teachings of the classical thinkers of sociology.

Keywords: Management. Sociology of knowledge and Analysis multiparadigmatic.

Introdução

A Administração como um dos fenômenos importantes da sociedade organizada ou moderna não pode ser considerada como um campo homogêneo, visto que a sua compreensão depende de outros campos do conhecimento, tais como a Sociologia, a Economia, a Psicologia, a Ciência Política, a Antropologia, a Engenharia, entre outros. Dentre esses diversos campos que compõem esta natureza multidisciplinar da Administração, observa-se que conceitos tão propagados pela Economia como a eficiência e a competitividade sempre tiveram posição de destaque, devido à necessidade do *management* em interagir e gerenciar as forças do mercado. Por outro lado, vale reconhecer que os estudos em Administração não se limitaram apenas aos aspectos puramente calculáveis da gestão, como também incluíram outras questões inerentes às organizações, sobre as quais disciplinas como a Sociologia, a Psicologia, a Ciência Política e a Antropologia oferecem importantes contribuições por meio de suas diferentes formas de abordar uma mesma realidade. Como um campo interdisciplinar que se relaciona diretamente com outras áreas das Ciências Sociais, a administração tornou-se extremamente complexa em termos de fronteiras epistemológicas, visto que ao interagir com outras ciências, permite diferentes visões das relações indivíduo *versus* sociedade, objetividade e subjetividade, regulação-mudança, assim como diferentes possibilidades de aplicação do método científico (SANTANA; GOMES, 2007). Dessa forma, observa-se que a permeabilidade das fronteiras tornou-se relevante, para que os estudos em administração possam estabelecer um processo simultâneo de circularidade com diferentes campos científicos, sociais, tecnológicos e culturais (PECI; ALCADIPANI, 2004).

Fundamentado em uma confluência multiparadigmática e multireferencial para a qual contribuem especialmente as disciplinas de Ciências Sociais, Fischer (2000) destaca que outros campos disciplinares com maior ou menor densidade científica também são invocados para o estudo das organizações contemporâneas, de forma substantiva (como

a Física Quântica) ou adjetiva (como a Química e a Matemática). Mas é notadamente nas Ciências Sociais que a ancoragem é mais constante e sólida, uma vez que a natureza da gestão é, antes de tudo, uma prática social que visa ao bom funcionamento de uma organização (CHANLAT, 2000). Além disso, Chanlat (2000) destaca que a administração está no âmago da compreensão da dinâmica social⁴, sendo as organizações os seus elementos centrais que não se circundam apenas de processos e técnicas, mas, sobretudo, de seres humanos em relação.

É neste contexto da administração como uma prática social e um dos elementos centrais na sociedade moderna, que a Sociologia⁵, dentre as outras disciplinas que compõem as Ciências Sociais, tem dado atenção especial a muitos aspectos que elevam a administração como um modo operante de organização e reorganização da vida social. A ousadia e o esforço de inúmeros investigadores da realidade social, em diferentes lugares e momentos, com preocupações macro ou micro sociológicas em muito contribuíram para esclarecer padrões de comportamento nas organizações, resultando em uma diversidade de perspectivas analíticas que enriqueceram, sobremaneira, o conhecimento sobre gestão.

E um dos principais problemas enfrentados pela sociologia refere-se à capacidade desta enfrentar teórico e metodologicamente os desafios temáticos colocados pelos processos sociais (LIEDKE FILHO, 2003). No caso dos estudos em administração, esta realidade não é diferente, sendo o campo da sociologia do conhecimento um grande aliado para compreender os fenômenos complexos que perpassam pelas organizações e as práticas de gestão. A sociologia do conhecimento, segundo Liedke Filho (2003), pode ser definida como o ramo da sociologia que estuda a relação entre pensamento e sociedade, portanto, está preocupada com as condições sociais ou existenciais do conhecimento. Para compreender

⁴ De acordo com Chanlat (2000), a administração transformou-se em uma das figuras centrais da sociedade contemporânea, devido ao triunfo das ideias capitalistas como categorias dominantes do pensamento moderno e do mercado como modo de regulação das trocas. Neste sentido, pode-se notar o quanto as noções e os princípios administrativos originários da empresa privada (eficácia, produtividade, qualidade total, competência, empreendedorismo, etc.) invadiram de forma absoluta as escolas, universidades, hospitais, administrações públicas, serviços sociais, museus, teatros e organizações sem fins lucrativos.

⁵ Os trabalhos de Serva (2001, 2002 e 2006) reforçam esta colocação, mostrando como as organizações, seus fenômenos intrínsecos e suas interfaces com a sociedade se relacionam como a sociologia.

a contribuição da sociologia do conhecimento nos estudos em administração, Chanlat (2000) destaca que é preciso lembrar o projeto e as exigências tanto desta área das ciências sociais como da administração.

Neste sentido, o artigo representa uma tentativa de explicitação de algumas relações entre administração e sociologia do conhecimento, de modo a propor a análise multiparadigmática como uma alternativa para os estudos em administração. Para tanto, o presente texto estruturase em quatro seções. Após esta introdução, apresentam-se algumas considerações sobre a sociologia do conhecimento e as influências desta nos estudos em administração, bem como os seus limites e desafios, que podem ser contornados a partir de uma análise multiparadigmática que será apresentada na terceira seção. Já na quarta seção são traçadas as considerações finais.

Sociologia do conhecimento e administração

Fundamentando em autores como Mannheim (1974), observa-se que a sociologia do conhecimento tem como tarefa principal especificar, para cada corte transversal do processo histórico, as várias posições intelectuais sistemáticas nas quais os estudos de grupos e indivíduos são baseados. Portanto, a sociologia do conhecimento tenta relacionar as ideias que constituem seu foco de estudo ao contexto sócio-histórico em que são produzidas e recebidas.

Um debate recorrente da sociologia do conhecimento consiste nos paradigmas, cujo livro *A estrutura das revoluções científicas* (1962) de Thomas S. Kuhn caracteriza como um marco no entendimento do processo de evolução da ciência a partir da teoria dos paradigmas. Observa-se que os paradigmas, segundo as considerações de Kuhn (1982), são realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência. Portanto, para este autor a existência de um paradigma é limitada ao longo da história, ou seja, um paradigma começa a morrer à medida que vão surgindo anomalias ou situações em que ele

não consegue explicar um fato ou comportamento; o novo paradigma vem para substituir o anterior e resolver uma grande parte das anomalias existentes. Neste sentido, a evolução do conhecimento está baseada na substituição de paradigmas.

Embora seja a sua bibliografia a que detém maior número de citações referente ao conceito de paradigma nas Ciências Naturais e Sociais, Kuhn tratava as Ciências Sociais como imaturas ou pré-paradigmáticas (VIEIRA; BOEIRA, 2006), visto que na sua obra as Ciências Naturais detinham o domínio sobre o método científico⁶, o qual deveria ser assimilado na produção de conhecimento pelas outras ciências, que na sua concepção ocupavam posições inferiores, tais como as Ciências Sociais e Humanas. Mas mesmo concebendo as Ciências Sociais como um campo pré-paradigmático, a obra Kuhn influenciou muitos sociólogos que passaram a ver suas disciplinas de forma paradigmática, que no sentido metateórico ou filosófico denota uma visão implícita ou explícita da realidade. Portanto, o paradigma em teoria social assumiu o papel de descobrir as principais suposições que caracterizam e definem uma dada visão de mundo (MORGAN, 2005), guiando, assim o pesquisador com suas orientações ontológicas, epistemológicas e metodológicas (GUBA; LICOLN, 1994).

Observa-se que, na sociologia, os paradigmas, as ideologias bem como as teorias mais duradouras têm sido associados às obras dos clássicos como Karl Marx, Max Weber e Emile Durkheim que são tomados como fonte de referencial teórico-metodológico (VIEIRA; BOEIRA, 2006). De acordo com Alexander (1999) tal associação remete ao conhecimento de que esses autores legaram ao teorizar e pensar a forma de se fazer pesquisa social, definindo em suas obras critérios particulares e que de forma não-consensual são inerentes aos estudos do campo sociológico. Foi a partir

6 Para Kuhn o método científico estava associado à Ciência Normal, que no âmbito da Sociologia pode ser remetido ao positivismo de Auguste Comte, que segundo Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2003) trata-se de uma abordagem de pesquisa social que procura conhecer as leis sociais para poder prever racionalmente os fenômenos e agir com eficácia; explicar e antever, combinando a estabilidade e a atividade, as necessidades simultâneas de ordem e progresso. Portanto, no positivismo, os estudos sobre os fenômenos sociais são considerados dentro da mesma perspectiva que os fenômenos astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos (CHANLAT, 2000), enfatizando, assim, os espírito científico de estabelecer leis sociais por meio de determinismo causal.

destas obras clássicas que a Sociologia se configurou como um campo do conhecimento com métodos e objetos próprios (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2003). Neste sentido, Botelho (2007) destaca a importância de um retorno, reexame ou resgate dos clássicos na pesquisa social, no intuito, de verificar que os atuais desafios da sociedade estão também associados à sequência do seu desenvolvimento histórico. Os *insights* obtidos no passado, portanto, não devem ser descartados e sim reconstituídos na construção social contemporânea.

Sendo clássicos os grandes mestres do passado e representantes da tradição no campo sociológico, os quais não devem ser ignorados, pois dão um sentido de integração e continuidade em meio aos conhecimentos e discursos produzidos na contemporaneidade (VARÃO, 2009), torna-se relevante apresentar as suas principais orientações ontológicas, epistemológicas e metodológicas que consubstanciam seus pensamentos como paradigmas.

Neste sentido, incorporam-se as colocações de Alencar (2007) que apresenta as três grandes abordagens, também chamadas de “correntes teóricas” ou paradigmas, que orientam a investigação social sob a ótica dos pensadores clássicos. Segundo este autor, essas abordagens emergiram em um contexto de profundas transformações na sociedade europeia no século XIX e estão fundamentadas nas obras de grandes cientistas sociais: o francês Émile Durkheim (1858-1917) e os alemães Karl Marx (1818-1883) e Max Weber (1864-1920). Durante todo o século XX, receberam contribuições de diversos outros cientistas sociais e filósofos passando a constituírem correntes teóricas com diferentes ramificações ou denominações.

Alencar (2007) ainda acrescenta que as suas diferenças estão na concepção ontológica de realidade que cada uma dessas correntes possui. Cada concepção de realidade contém uma dimensão epistemológica (isto é, uma natureza da relação que o cientista social pode estabelecer com seu objeto de estudo) e uma dimensão metodológica (o modo de o pesquisador proceder para encontrar o que ele acredita que pode ser conhecido). Estas três correntes são denominadas de abordagem

estrutural do consenso (Durkheim); abordagem estrutural do conflito (Marx) e abordagem interpretativa ou da ação (Weber).

Durkheim, dando continuidade à ideia comtiana de que a vida social pode ser estudada com a mesma objetividade dos cientistas das ciências da natureza, argumentava que as sociedades possuíam a sua própria realidade, ou seja, uma realidade que vai além das ações e os interesses dos seus membros individuais, visto que os modos de agir, pensar ou interpretar eram externos ao ser humano individual (ALENCAR, 2007). Na abordagem estrutural do consenso há um condicionamento do indivíduo pela sociedade, ou seja, o ser humano simplesmente segue os padrões gerais de pensamento e ação comuns na sua sociedade. Portanto, essa causalidade resulta no próprio conceito de indivíduo, que é fruto do desenvolvimento das sociedades humanas (DOMINGUES, 2001).

Durkheim também expõe as “regras relativas à observação dos fatos sociais”, sugerindo que o pesquisador deve, sistematicamente, afastar todas as noções prévias representadas por juízo de valor, ou seja, evitar que as suas crenças influenciem no momento em que estabelece o objeto de sua pesquisa e no decurso de suas demonstrações. Além disso, este pensador clássico apresenta outras regras relacionadas com o método sociológico que serviram de base para expansão do positivismo nas demais Ciências Sociais e para estabelecer o processo de geração do conhecimento denominado “método hipotético-dedutivo”⁷ como central para as pesquisas em ciências sociais.

Já Karl Marx, ajudado por Engels, escreveu uma obra que exerceu imensa influência não apenas nas Ciências Sociais, mas também no mundo inteiro (CHANLAT, 2000), por evocar um novo modelo de produção. Dentre as suas categorias analíticas, o universo operário e as classes detentoras dos meios de produção no ventre da economia industrial, forneceram um instrumento crítico sobre a estrutura de desigualdade assentam-se na dominação dos grupos não privilegiados (dominados)

⁷ Em linhas gerais, Jones (1993) conceitua o método hipotético-dedutivo como aquele que o cientista, partindo do conhecimento existente, o que é, especula sobre o que também poderia ser. Esse procedimento é denominado dedução de hipótese. Formulada a hipótese, o cientista buscará a sua validade, confrontando-a com as evidências empíricas. Esse processo é denominado teste de hipótese.

pelos grupos privilegiados (dominadores). A abordagem estrutural do conflito é assim chamada porque, de acordo com os seus teóricos, o conflito de interesses é inerente a uma sociedade desigual: desigual distribuição de benefícios gera conflitos de interesses. O pesquisador que orienta o seu trabalho por esta abordagem não apenas descreve as regras de uma sociedade, como também examina cuidadosamente, seus conteúdos, visto que tais regras podem não ser neutras ou totalmente benéficas. Embora as concepções sustentadas pelos paradigmas do conflito e a do consenso sejam diferentes, Alencar (2007) destaca que ambos percebem a origem da vida social na influência ou determinação de fatores externos aos indivíduos, o que enfatiza o caráter estrutural dessas abordagens, ou seja, a sociedade é algo “real”, que existe fora dos indivíduos.

Uma terceira abordagem pode ser ainda identificada. Embora ela tente explicar os motivos pelos quais as pessoas se comportam de uma determinada maneira, tal explicação não repousa exclusivamente na influência de fatores externos aos indivíduos (“estrutura de valores e normas” e “desigualdade estrutural”). A essência da vida social, para essa terceira abordagem, é a habilidade que os seres humanos possuem de examinar o que acontece à sua volta e, então, escolher como agir à luz dessa interpretação. Essa abordagem é denominada interpretativa ou teoria da ação. No contexto dos pensadores clássicos, essa abordagem se fundamenta na obra Marx Weber, que foi um dos importantes representantes da ala antipositivista, contrapondo à razão científica dos positivistas a razão histórica, isto é, a ideia de que a compreensão do fenômeno social pressupõe a recuperação do sentido, sempre arraigado temporalmente e adstrito a um relativismo e a um ponto de vista (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2003).

De acordo com Alencar (2007), esta abordagem acentua a necessidade de se concentrar no nível micro de análise da vida social (nos modos pelos quais indivíduos são capazes de interagirem uns com os outros), ao contrário de se concentrar no nível macro (nos modos pelos quais a estrutura da sociedade influencia o comportamento dos

indivíduos). Considera que a sociedade não deve ser pensada como existindo fora e antes da interação entre indivíduos. Portanto, a sociedade é o resultado final da interação humana, não sua causa. Somente observando como os seres humanos são capazes de interagir, o pesquisador poderá entender como a ordem social é criada (JONES, 1993).

Do mesmo modo, Ianni (1989) complementa que estas três abordagens ou paradigmas são formados por polarizações fundamentais: *causação funcional* (abordagem estrutural do consenso), a *contradição* (abordagem estrutural do conflito) e *conexão do sentido* (abordagem interpretativa ou da ação). Essas polarizações representam os princípios explicativos, nos quais se sintetizam os fundamentos das mais diversas tendências, teorias, escolas ou interpretações sociológicas. Neste sentido, observa-se que o princípio da *causação funcional* está presente em Spencer, Comte, Durkheim, Parsons, Merton, Touraine e outros. O da *conexão de sentido* inspira Dilthey, Rickert, Weber, Toennies, Nisbet, Silverman e outros. E o da *contradição* fundamenta as contribuições de Marx, Engels, Lenin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Lukacs, Gramsci, Goldmann, Braverman e outros.

O Quadro 1 exemplifica de forma resumida os fundamentos gerais de cada abordagem ou paradigma sociológico. Este quadro revela que são diferentes perspectivas e os seus desdobramentos, no que se referem: à postura do pesquisador frente ao seu objeto de estudo (o mundo social) e conhecida por epistemologia; às possíveis estratégias de como conduzir uma pesquisa e sendo denominada de metodologia; e os métodos ou técnicas de pesquisa apropriados para a estruturação de tais estratégias.

Consenso ou conflito, dialética ou funcionalismo, indivíduo ou estrutura, individualismo metodológico ou coletivismo; enfim, são esses alguns dos pares que se mostram à luz dos interesses maiores do pensamento sociológico clássico.

Quadro 1 – Dimensões ontológicas, epistemológicas e metodológicas dos paradigmas sociológicos

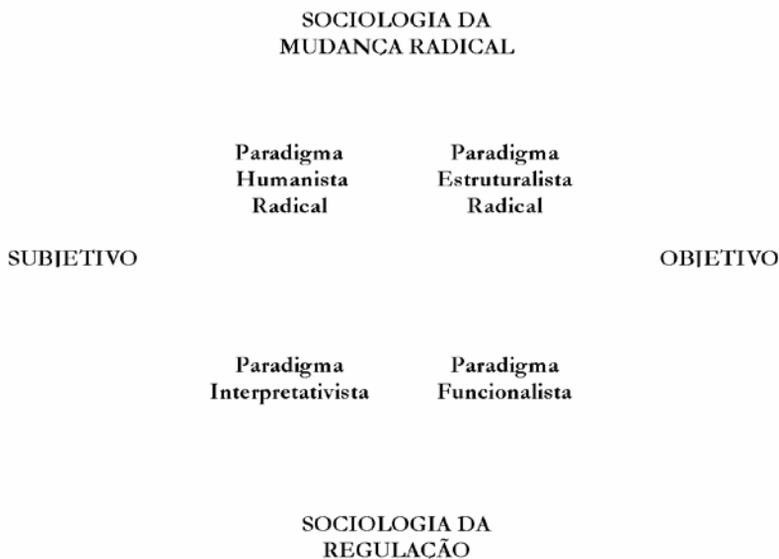
Paradigma	Ontologia	Epistemologia	Metodologia
<p>Estrutural do Consenso (Durkheim)</p>	<p>A natureza é uma realidade objetiva, formada de fenômenos em relações causais invariáveis.</p>	<p>a) Conhecimento das leis da natureza somente é possível pela coleta de provas demonstráveis de sua existência. (Quantificação das relações causais) b) Busca de lei universais</p>	<p>Dedução de hipóteses e sua verificação empírica: método hipotético-dedutivo</p> 
<p>Estrutural do Conflito (Marx)</p>	<p>Sociedade é um sistema social economicamente dominado (forças produtivas e relações de produção) cujo funcionamento é (a) independente da consciência humana ou (b) independente da consciência humana, exceto quando mudanças estruturais ocorrem pela ação política. Forças produtivas e relações de produção constituem a estrutura social. Todas as outras relações estão firmadas nestas e constituem a superestrutura (política, direito, religião, etc.).</p>	<p>Uma vez que modos de produção são forças que alicerçam a vida social, a busca do conhecimento adequado a essa concepção de realidade é a compreensão de como os sistemas sociais funcionam historicamente.</p>	<p>Materialismo histórico: relações entre modos de produção e formas de organização da sociedade, seja em um contexto histórico mais amplo ou em sociedades e momentos específicos.</p>
<p>Interpretativa ou da Ação (Weber)</p>	<p>Sociedade é uma construção dos seus membros. A realidade social é formada por ocasiões de interação realizadas pelos atores envolvidos, uma vez que eles são capazes de:</p> <p>a) interpretação; b) ações significativas</p>	<p>a) Conhecimento da interpretação e do significado da ação é somente possível quando se adquire conhecimento sobre os modos pelos quais os atores percebem o mundo e quando se adquire conhecimento sobre os significados que sustentam suas ações, compreendendo as teorias dos atores via evidências qualitativas. b) Não buscam leis “universais” (noção de cenários sociais).</p>	<p>Uso da interpretação: o pesquisador aproveita a sua condição de ator social criativo, isto é, capaz de interpretação (a exemplo dos atores que são objetos de análise). → Pesquisa é uma interação social consciente e ocorre em cenários sociais específicos (casos). → A análise é conduzida a partir da perspectiva do ator da ação.</p>

Fonte: Adaptado de Jones (1993), citado por Alencar (2000).

De acordo com Hatch (1997), as obras dos pensadores clássicos como Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber também voltavam-se para questões da mudança das bases das organizações dentro da sociedade, bem como a crescente industrialização e suas conseqüências com relação à natureza do trabalho. Desta forma, observa-se que as formulações teóricas dos três paradigmas clássicos da Sociologia muito contribuíram para o desvendamento de alguns dilemas fundamentais no campo da gestão e das organizações, podendo afirmar que os seus estudos são caudatários desses paradigmas sociológicos. Portanto, a Administração no cenário das Ciências Sociais incluiu muitas considerações desses paradigmas, principalmente, para verificar se as metodologias utilizadas em suas pesquisas são coerentes ao paradigma escolhido (CARRIERI; TALITA, 1998).

Neste sentido, insere a proposta de Burrell e Morgan (1979) de que a pesquisa organizacional deveria ser analisada em termos de quatro amplas visões de mundo que desvendam os pressupostos subjacentes aos três paradigmas clássicos da sociologia. Orientadas pela Sociologia, estas abordagens explicam, de um lado, a natureza da sociedade em termos de regulação, e de outro, em termos de mudança radical. A regulação pressupõe relações sociais harmônicas e ordenadas, ao passo que a mudança radical presume assimetrias de poder e conflitos. Além dessas suposições metateóricas sobre a natureza da sociedade, estes autores inserem em sua proposta as dimensões objetiva e subjetiva das ciências sociais. A objetividade pressupõe a existência de uma realidade externa, com relações deterministas e previsíveis, enquanto a subjetividade presume limites contextuais e construções sociais mutáveis.

A combinação feita por esses autores entre essas polaridades que fundamentam a natureza das ciências sociais (objetividade/subjetividade) e da sociedade (regulação/mudança radical) resultou em uma tipologia com quatro paradigmas científicos denominados de: funcionalista, interpretativo, humanista radical e estruturalista radical. Cada um desses quatro paradigmas define os fundamentos de modos opostos de análise social e possui implicações radicalmente diferentes para o estudo da gestão e das organizações. A Figura 1 ilustra esta a tipologia de paradigmas.

Figura 1 – Paradigmas de análise organizacional

Fonte: Adaptado de Morgan (2005).

Para o paradigma funcionalista, a sociedade tem existência concreta e real, e um caráter sistêmico orientado para produzir um sistema social ordenado e regulado. Portanto, fornece explicações racionais das relações sociais e é ligado com a efetiva regulação e controle dos fatos sociais. As suas suposições ontológicas encorajam a crença na possibilidade de uma ciência social objetiva, em que os pesquisadores se distanciam da cena que analisa por meio do rigor e das técnicas dos métodos científicos. Já o paradigma interpretativo é baseado na concepção ontológica de que a realidade não existe em qualquer sentido concreto, mas é um produto da experiência subjetiva e intersubjetiva dos indivíduos. Deste modo, a sociedade deve ser entendida a partir do ponto de vista do participante em ação, em vez do observador. Como no paradigma funcionalista, esta abordagem também se sustenta na sociologia da regulação, pois acredita que há uma ordem no sistema social.

Quanto ao paradigma humanista radical, Burrell e Morgan (1979) destacam que esta perspectiva é baseada na visão de que o processo de

criação da realidade pode ser influenciado por processos físicos e sociais que canalizam, restringem e controlam a mente dos seres humanos de maneira a aliená-los em relação às potencialidades inerentes à sua verdadeira natureza de seres humanos. A crítica humanista radical ao focar os aspectos alienadores (acumulação de capital moldando a natureza do trabalho, tecnologia, entre outros) propõe desenvolver uma teoria da mudança radical do ponto de vista subjetivo, ou seja, como os seres humanos se tornam aprisionados a estes aspectos e a influencia destes sobre o pensamento e ação. Por fim, o paradigma estruturalista radical concebe a sociedade como uma força potencialmente dominante, que existindo por sua conta própria é independente do modo como ela é percebida e reafirmada pelas pessoas em suas atividades diárias. Destaca-se assim o ponto de vista objetivo, mas busca fins fundamentalmente diferentes do funcionalismo, ou seja, está comprometido com a mudança radical, a emancipação e a potencialidade, numa análise que enfatiza o conflito estrutural, os modos de dominação, a contradição e a privação.

Essas considerações sobre os quatro paradigmas traçados por Burrell e Morgan demonstram as suas aproximações com as três abordagens clássicas da Sociologia. As concepções do paradigma funcionalista derivam de pressupostos já assumidos tanto pelo positivismo comtiano como pela abordagem estrutural do consenso de Durkheim, tais como as preocupações com a macro análise da realidade; a racionalidade nas relações sociais, a causalidade, o determinismo, entre outros. O paradigma interpretativo resgata os fundamentos da abordagem interpretativa ou da ação de Weber, como por exemplo, a concepção da realidade como um processo social construído pelos indivíduos, enfatizando, assim, a micro análise.

As orientações do paradigma estruturalista radical têm suas raízes na abordagem estruturalista do conflito de Marx, visto está preocupado em entender as tensões intrínsecas e o modo como os que possuem poder na sociedade procuram se manter nessa posição por meio de diversos modos de dominação. Já o paradigma humanista radical também evoca a crítica presente na abordagem estruturalista do conflito, porém não se

distancia da subjetividade e transcende os limites da estrutura, pois uma das suas noções básicas conforme salientam Carrieri e Talita (1998) é que o homem é dominado pelas superestruturas ideológicas com as quais interage e que criam uma ruptura cognitiva entre ele e sua verdadeira consciência.

Tanto os três paradigmas sociológicos quanto os que integram a taxonomia para a análise organizacional são considerados como abordagens do conhecimento contraditórias e mutuamente exclusivas, o debate entre elas é raro. Dentre as justificativas para defesa da incomensurabilidade, Cabral (1998) destaca que para muitos autores, como por exemplo, Burrell e Morgan (1979), os paradigmas expressam diferenças irreconciliáveis e que qualquer julgamento sobre a adequabilidade de um paradigma só pode ser feito em termos de critérios internamente alinhados à estrutura paradigmática em questão. Deste modo, os paradigmas devem ser compreendidos como um mapa de oposições de pensamento na análise social, que implicam diretamente nos caminhos adotados na pesquisa. E o pesquisador somente será reconhecido pelos seus pares quando se alinha dentro de um determinado paradigma que define os critérios de inclusão e de exclusão do debate central, ou seja, os problemas com que eles deverão lidar em suas pesquisas são aqueles legitimados por esses paradigmas.

De acordo com Jackson e Carter (1991 apud CLEGG; HARDY, 1999), a incomensurabilidade implica no desenvolvimento separadamente de cada paradigma, onde cada um deve perseguir a sua própria problemática, ignorando as problemáticas dos outros paradigmas, podendo considerar até mesmo estas como inválidas, visto que as diferentes constatações sobre as organizações devem ser resolvidas à luz de suas implicações para práxis social. Esta “mentalidade paradigmática”, entretanto, prolifera e polariza perspectivas, inibindo frequentemente o debate sobre os paradigmas, predispondo os teóricos contra as explicações opostas as suas, e incentivando, assim, o desenvolvimento de teorias bairristas (LEWIS; GRIMES, 2005). Vale destacar que não há apenas o movimento dos que defendem a incomensurabilidade dos paradigmas,

como também existe um movimento mais antigo e denso, formado por aqueles que advogam a supremacia do paradigma positivista nas ciências sociais ou ortodoxia do paradigma funcionalista na análise organizacional (CLEGG; HARDY, 1999; HASSARD; KELEMENN, 2002).

Fundado por Augusto Comte e refletido na abordagem sociológica estrutural do consenso e no paradigma funcionalista da pesquisa organizacional, o positivismo proclama como função principal da ciência sua capacidade de prever, baseando-se somente em fatos que possam ser observados. Para tanto, a realidade social e das organizações é estudada, medida e explicada via modelos advindos da ciência natural, que em sua essência são eminentemente quantitativos, ou seja, ancorados em números que tentam, tão somente, representar uma realidade temporal observada (DALMORO et al., 2007; CARRIERI; TALITA, 1998).

Apesar do objeto de pesquisa da administração e das ciências sociais serem diferentes daqueles das ciências naturais e exatas, a ideologia positivista tem sido base para muitas pesquisas, devido à objetividade de suas técnicas, a popularização das ferramentas computacionais e o charme da estatística (MONTEIRO; VEIGA; DOORNIK, 2005). Dentre as contribuições do positivismo destacam-se: a ênfase no aspecto racional e instrumental, possibilidade de mensuração, preferência por procedimentos lineares; o consenso e a coerência, entre outras. Todas essas contribuições convergem para um tecnicismo, onde as Ciências Sociais não tem mais por finalidade conhecer o que é a realidade humana, social e histórica, mas, sobretudo, produzir tecnicamente esta realidade por meio de processos objetiváveis que procura conhecê-la e controlá-la como se esta fosse independente e facilmente manipulável (CHANLAT, 2000).

Essa lógica técnica resultou em uma racionalização acelerada dos modos de gestão, que segundo Guerreiro Ramos (1989) engendra alguns pontos cegos na teoria das organizações, visto que o conceito de racionalidade predominante está afetado por fortes implicações ideológicas, sendo o comportamento econômico o principal constituinte da totalidade da natureza humana. Além disso, não há uma distinção sistemática entre o significado substantivo e o significado formal da

organização, bem como não apresenta uma clara compreensão do papel da interação simbólica no conjunto dos relacionamentos interpessoais, defendendo o autor uma visão mecanomórfica da atividade produtiva do homem. E a negligência desses pontos faz com que a abordagem organizacional torne-se uma visão reducionista dos sistemas sociais, não compreendendo todas as peculiaridades que envolvem a prática gestão e as organizações.

Tanto o posicionamento de incomensurabilidade entre paradigmas como o da ordotoxia do paradigma positivista revelam um movimento de demarcação fronteiras, onde cada um dos paradigmas define o que é científico e o que não o é; caracterizando, assim, redomas de saberes fragmentados, parcelados e compartimentados (SACOMANO NETO; TRUZZI, 2002; PECI; ALCADIPANI, 2004; JUPIASSU, 2006). Para Clegg e Hardy (1999) essas duas faces do debate sobre paradigmas não são oriundas apenas de problemas epistemológicos, mas, sobretudo, representam um problema de ordem política em que os campos paradigmáticos lutam entre si, no intuito, de que seus capitais intelectuais tenham legitimidade e soberania.

Outra face do debate sobre paradigmas pode também se concentrar nos pressupostos da Modernidade e do discurso na Pós-Modernidade. De acordo com Silva (2000), quando se fala de Modernidade deve estar bem claro a sua característica central, ou seja, a primazia do método científico como forma suprema de pesquisa. A busca do conhecimento científico – fragmentado em áreas disciplinares estanques – é predominantemente utilitária, possuindo como valores principais a previsão, o controle e a capacidade de manipular o ambiente físico. Essa visão corrobora com os argumentos de Hassard e Kellemen (2002), que mostram que a produção de conhecimento organizacional na Modernidade é extremamente produtivista e pautada pelo método científico de único paradigma ou de vários paradigmas. O uso de paradigmas determina a priori a pureza necessária de conhecimento, enquanto o investigador assume um papel neutro no ato de consumo desse conhecimento. Portanto, tanto a produção como o consumo do conhecimento organizacional na

Modernidade reforçam a formalização de um pensamento que trabalha com categorias estáveis, constantes, regulares e muitas vezes repetidas, corroborando com o reducionismo.

Já a Pós-Modernidade surge como uma proposta de ruptura com os padrões de razão tão propagados pela Modernidade e apresenta uma nova forma para se compreender as complexidades de uma realidade. Para Souza, Bianco e Garcia (2006), o Pós-Modernismo não deposita sua fé na utilização do método como forma de se entender um fenômeno, como também abandona as noções de progresso, a neutralidade científica e a concepção de verdade defendida pela modernidade. Para os autores pós-modernos, a sociedade é algo plural e as narrativas sociais mais amplas ou gerais sobre um fenômeno social devem ser abandonadas, pois toda e qualquer tentativa de descobrir a verdade única soa como um meta-discurso. Neste sentido, autores como Hassard e Kellemen (2002) propõem a substituição dos paradigmas organizacionais pela noção de discurso, visto que a pós-modernidade é dotada de uma pluralidade de significados que interferem no modo como o conhecimento é produzido e consumido. Autores como Lewis e Grimes (2005), entretanto, destacam que não se deve cair na tentação de que o pós-modernismo e sua noção de discurso ou de pequenas narrativas sejam capazes de explicar todos fenômenos sociais, pois corre-se o risco deparar com um relativismo supremo.

Apresentadas algumas das considerações que tecem o debate de paradigmas, observa-se que, independente do movimento que defende a incomensurabilidade ou daqueles que se posicionam a favor do domínio do paradigma positivista nas Ciências Sociais ou ainda, numa esfera mais ampla onde há aqueles que apoiam uma concepção de conhecimento orientada pelos padrões da Modernidade ou da Pós-Modernidade, evidenciam-se algumas limitações para compreensão dos enclaves distintos da tessitura geral da sociedade, bem como da realidade da gestão e das organizações. Por outro lado, isso não quer dizer que estes paradigmas não trouxeram contribuições, pelo contrário, sem eles não seria possível resolver metades das questões concretas vividas pela

modernidade (FOUREZ, 1995). Conforme relatam Clegg e Hardy (1999) e Faria (2004) não se trata de erradicar a prática destes paradigmas, mas de visualizar outras abordagens significativas, pois as usualmente conhecidas tendem, na sua maioria, à uniformidade, à visão funcional e a destituir os princípios questionadores das contradições e complexidades inerentes às organizações e a prática da gestão. É neste contexto que se propõe a análise multiparadigmática não como forma de negar o passado, mas de oferecer novos *insights* que podem tanto complementar quanto substituir velhos paradigmas de forma mais reflexiva e contextualizada.

3 Análise multiparadigmática

Conforme já argumentado o uso de um único paradigma para compreender a realidade, envolve apenas os problemas que são legitimados por esse paradigma. Portanto, o conhecimento e a ação, o saber e o fazer, a teoria e a prática, a ciência e a técnica, neste contexto monolítico, tornam-se, insuficientes para lidar com as realidades mais complexas, visto que a análise pode se tornar estreita e simplificadora (MOREIRA, 1994).

No campo da Administração, a visão “uniparadigmática” pode resultar em uma compreensão limitada dos vários cenários organizacionais. Conforme relata Lima (2011), as limitações epistemológicas intrínsecas dos paradigmas empregados na pesquisa em Administração admitem discussões polarizadas, e um problema de pesquisa deixa de ser compreendido por sua complexidade maior por estar sustentado pelas visões isoladas de cada paradigma. Além disso, a Administração como um campo do conhecimento requer o envolvimento direto com outras Ciências Sociais, o que reflete na sua natureza interdisciplinar, consequentemente, instiga uma análise multiparadigmática.

É neste sentido que Guerreiro Ramos (1989) propõe uma nova ciência das organizações, de modo a desenvolver um tipo de análise capaz de detectar os ingredientes epistemológicos dos vários cenários organizacionais e que seja expurgado de padrões distorcidos de linguagem

e conceitualização. Seguindo esta mesma orientação, Garcia e Bronzo (2000) relatam que do ponto de vista epistemológico e metodológico, os estudos no campo da Administração poderiam ampliar o seu alcance à medida que se distanciassem dos aspectos normativos e hegemônicos dos discursos tipicamente funcionalistas, incorporando a esse ponto de vista uma análise sustentada por um tipo de racionalidade também substantiva, a par de todo interesse pela objetividade e prática de uma racionalidade puramente instrumental e formal.

O desafio, portanto, não se resume, simplesmente, a identificar os problemas (objetivismo/subjetivismo, holismo/individualismo, material/simbólico, empírico/teórico) que caracterizam cada etapa de desenvolvimento dos estudos, mas apontar como eles se manifestam na interpretação do problema do conhecimento, mostrando as suas relações com o contexto social (MATTEDI, 2004). Como uma arena complexa, a administração deve permitir diferentes lógicas de pensamentos, sendo a análise multiparadigmática uma forma de dar maior abertura do campo.

A necessidade de explorar novos enfoques e de estabelecer novas compreensões sobre paradigmas foi um ponto também defendido por Morgan (1996) em seu livro *Imagens da organização*. Morgan procura compreender a complexidade das organizações por meio de metáforas, concebendo as simultaneamente como máquinas, organismos, culturas, cérebros, sistemas políticos, prisões psíquicas, fluxo e transformação e instrumentos de dominação. É por meio de metáforas paradoxais e multidimensionais, que Morgan amplia a visão de realidade das organizações, que é ao mesmo tempo subjetiva e objetiva.

Morgan (1983 apud CABRAL, 1998), aponta três razões pelas quais o enfoque estratégia de pesquisa por meio de conversações se justifica. Em primeiro lugar, o fato de que ele encoraja o pesquisador a reconhecer o processo de pesquisa em si mesmo como uma forma de interação social. Desta interação decorre uma aprendizagem que permite o pesquisador escolher entre estratégias alternativas ou modificar sua estratégia preferida de modo construtivo. Em segundo lugar, o fato de que permite que o pesquisador compreenda as diferentes estratégias de pesquisa apenas

como diferentes “vozes” em uma conversação sobre a natureza e o status do conhecimento. Esta perspectiva leva o pesquisador a compreender que diferentes vozes podem não apenas oferecer diferentes interpretações, mas podem também ter diferentes públicos e utilizar diferentes linguagens. A implicação disto é que o pesquisador passa a considerar reivindicações de conhecimento não como declarações que pretendem ser absolutas, mas sim provisórias. Em terceiro lugar, o fato de que ele possibilita o engajamento em uma conversação reflexiva sobre a natureza e as alegações de diferentes estratégias de pesquisa de um modo que deliberadamente tenta minimizar o comprometimento com um ponto de vista predileto. Além de evitar o prejulgamento das questões envolvidas, esta postura explora a diversidade na qual encontram-se novas oportunidades.

A investigação multiparadigmática, para Lewis e Grimes (2005), surge como um ponto de equilíbrio entre *o dogmatismo (determinismo)* advogado pelo debate ortodoxo e de incomensurabilidade de paradigmas e *o relativismo (vale tudo)* das abordagens pós-modernas. Esses autores vêem a pesquisa multiparadigmática como uma forma heurística de paradigmas, que ajudam os acadêmicos a explorarem as complexidades teóricas e os paradoxos organizacionais. Os autores também salientam que o fundamento dessa abordagem multiparadigmática consiste na exploração de visões teóricas semelhantes e divergentes, desafiando, assim, as premissas que são tidas como corretas e retratando as organizações sobre novos enfoques.

Dentre as formas de análise multiparadigmática, estes autores destacam três abordagens: revisões multiparadigmáticas, pesquisa multiparadigmática e construção multiparadigmática. As revisões multiparadigmáticas envolvem o reconhecimento de agrupamentos e de ligações entre teorias existentes, ao passo que a pesquisa multiparadigmática envolve a utilização empírica de lentes paradigmáticas na coleta e análise de dados, e no cultivo de suas diversas representações sobre os fenômenos organizacionais. Já na construção multiparadigmática de teorias, os teóricos se esforçam em sobrepor e entrelaçar paradigmas conflitantes em um novo entendimento.

As perspectivas multiparadigmáticas, do ponto de vista metodológico, contribuem para enxergar o fenômeno organizacional sob diversos ângulos, podendo resultar o entendimento mais integrado das organizações. Autores como Ottoboni (2009) e Teixeira, Nascimento e Carrieri (2012) relatam a triangulação metodológica como um caminho possível para o multiparadigmatismo nas pesquisas em administração. O pesquisador ao utilizar a triangulação metodológica deve-se pautar por formas de triangulação de métodos que o permita a compreender diferentes modos de se ver a realidade de sua pesquisa, ampliando, assim, as possibilidades de resolução de complexos problemas de pesquisa na área de administração.

A pesquisa de Teixeira, Nascimento e Carrieri (2012) procurou avaliar os estudos que utilizaram a triangulação e que foram publicados no período de 2007 a 2009 no Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ENANPAD). Os resultados dessa pesquisa demonstraram, entretanto, que nem sempre essa triangulação tem sido desenvolvida com esse intuito de combinação de múltiplas perspectivas paradigmáticas, mas sobretudo, são utilizadas como uma simples validação convergente entre métodos quantitativos e qualitativos, principalmente, com intuito de propiciar mais rigor metodológico e confiabilidade aos resultados de pesquisa qualitativa. De acordo com esses autores, a triangulação sob essa ótica de uma simples combinação de métodos pode ser compreendida como uma reificação do paradigma positivista, o que descaracteriza o seu uso na análise multiparadigmática.

Outra possibilidade multiparadigmática é a desconstrução de conceitos e pressupostos para a construção de novos referenciais, visto que a diversidade de teorias não é só tolerável, mas necessária para que as novas abordagens possam ser reconhecidas, apreciadas e integradas dentro das estruturas analíticas dos estudos em administração (SACOMANO NETO; TRUZZI, 2002). Os mesmos autores ainda destacam que com a abertura paradigmática, teorias competidoras passam a ser contribuintes ao entendimento dos fenômenos organizacionais, na medida em que pontes e discussões entre as diferentes perspectivas são construídas,

permitindo, assim, a sistematização e o redirecionamento das bases analíticas nos estudos organizacionais. Para Schultz e Hatch (1996) esta possibilidade de se fazer pontes entre os paradigmas pode ser uma alternativa para o pesquisador, desde que se evidenciem os contrastes e as conexões ontológicas e epistemológicas entre as abordagens. Já Clegg e Hardy (1999) acreditam que o debate de paradigmas não seja algo fácil de ser resolvido, pois mesmo que se encontre uma possível “solução”, sempre existirá a resistência por parte de alguns investigadores, no intuito de proteger seus trabalhos diante de um prisma paradigmático. Por outro lado, eles argumentam que isto não significa que se deve banir os espaços para novas alternativas de estudos das organizações e da gestão. Pelo contrário, temas que enfatizem a ambiguidade, a contradição e a diferença também devem ser priorizados em detrimento daqueles que anunciam o determinismo, a conformidade e o debate fechado. É neste sentido de conversação, discurso e o debate cooperativo além das fronteiras, que os métodos de pesquisa devem reunir e não tirar visões alternativas das organizações.

Do mesmo modo, Silva e Roman Neto (2006) enfatizam que na análise multiparadigmática os pesquisadores não devem dar tanta ênfase à distinção objetivo/subjetivo e quantitativo/qualitativo. Conforme orienta Demo (2005) não se pode tripudiar apenas pela fase linear da realidade, a ponto de declará-la como a única existente, pois ela contém também aspectos não lineares. Além disso, o pesquisador pode deixar de utilizar métodos adequados de pesquisas a um dado contexto por, simplesmente, ancorar a sua escolha em uma única concepção de realidade (ALENCAR, 2007). Neste sentido, dicotomias como quantitativo/qualitativo e objetivo/subjetivo devem ser superadas, pois ambas são faces de uma mesma realidade, o que instiga uma reflexão mais aprofundada entre as abordagens paradigmáticas, de modo que haja uma compreensão melhor da natureza da pesquisa social.

Embora celebrando a pluralidade, a ambiguidade e a possibilidade de vislumbrar diferentes facetas da realidade, a análise multiparadigmática apresenta alguns limites, que requer certos cuidados para serem

contornados. Ao lidar como uma diversidade de abordagens, a análise multiparadigmática pode deparar com algumas dificuldades no sentido de que de todo o esforço de sua construção seja convertido para um relativismo puro, sem pontos de referência ou fundamentação. Neste sentido, Cabral (1998) ilustra algumas estratégias traçadas por Morgan (1983) que podem ser utilizadas para contornar o desafio de lidar com a diversidade de pressupostos concorrentes, tais como: a) avaliação dos pressupostos; b) a síntese, voltada para a busca de fundamentos comuns; c) a contingência, voltada para a adoção de critérios de utilidade; d) a dialética, voltada para a contraposição de *insights* de diferentes perspectivas.

Do mesmo modo, Lewis e Grimes (2005) também apontam para a dificuldade que os pesquisadores, ao adotarem a análise multiparadigmática, poderão encontrar para se distanciarem do seu paradigma de origem ou do paradigma dominante. Para contornar esta limitação, estes autores propõem que os pesquisadores contestem essa questão, de modo que a análise multiparadigmática possa avaliar os vieses de cada lente e demarcar as perspectivas das zonas de transição, para que as visões divergentes possam ser distinguidas, possibilitando, assim, uma compreensão maior do que aquela oferecida por um único paradigma. Por conseguinte, a reflexividade deverá permear todo o processo de análise multiparadigmática como forma de contornar seus limites. O conceito de reflexividade aqui se propõe deve ser compreendido a partir de três orientações: o diálogo, a contextualização e a interdisciplinaridade.

O diálogo entre as diversas abordagens devem ser feitas para (re) orientar os esforços de investigação com vistas à renovação dos estudos em administração, de modo que permita uma visão circular de elementos que são essenciais para a construção de teorias, ou seja, a contradição, a convergência e a complementaridade (SILVA; ROMAN NETO, 2006).

Campos e Costa (2007) aconselham que deva ser constante e qualificado o diálogo entre as ideias filosóficas e teóricas que inspiram o pesquisador e os resultados do trabalho empírico que ele desenvolve, de modo que considerem todas as relações envolvidas, bem como as possíveis consequências de alternativas divisadas. Além disso, o

pesquisador social não deve se vincular apenas as normas rígidas de procedimento ou escravizar-se pelo fetichismo do método e da técnica, na medida do possível ele deve construir a sua própria metodologia com base nas vivências de seu labor. Além de romper as fronteiras do rigor da objetividade para que as conversações entre as abordagens se instaurem como forma de compreensão da realidade multifacetada das organizações e da prática da gestão, a reflexividade também requer a contextualização.

De acordo com Townley (2002) e Lounsbury e Ventresca (2003), na construção de conhecimento, a contextualização é um elemento fundamental para aliar teoria e prática, pois incorpora um caminho histórico e longitudinal. Neste sentido, as organizações ou a prática da gestão devem ser compreendidas em todas as suas nuances, sejam estas, econômicas, sociais, objetivas, subjetivas, emergentes, situacionais, holísticas, entre outras. Vale ressaltar que a contextualização extrapola o conceito de organização e gestão, pois a reflexão requer o entendimento do contexto de interesses e idiosincrasias do próprio pesquisador e da sua comunidade científica, bem como das tradições intelectuais e culturais em que a pesquisa floresce (CAMPOS; COSTA, 2007).

A reflexividade que envolve a análise multiparadigmática pode ser complementada com o espírito interdisciplinar, que segundo Jupiassu (2006) procura promover a convergência e a complementaridade de várias disciplinas para atingir um objetivo comum. Além disso, a interdisciplinaridade requer a eliminação de fronteiras de modo que se instaure uma comunicação fecunda entre as disciplinas e cultive o desejo de enriquecimento por enfoques novos que ultrapasse os caminhos batidos do conhecimento e os saberes já adquiridos. Esta interdisciplinaridade cresce a partir do momento em que se adere a tentativa de construir pontes entre as perspectivas econômicas e sociológicas, estruturais e racionais e entre teorias institucionais e ecológicas, entre outras disciplinas.

Retomando a proposta inicial deste artigo sobre a relevância da Sociologia para Administração, destaca-se que a análise multiparadigmática não deve descartar o teor de uma postura sociológica, que segundo Azevedo (2006) representa o engajamento ou compromisso consciente do

pesquisador em teorizar a *práxis* a partir da própria *práxis*, fundamentado em seus múltiplos sistemas, dimensões e variáveis envolvidas. Além do mais, ao aproximar a Administração dos postulados das Ciências Sociais, em especial a Sociologia, reduz-se o risco desta se tornar, futuramente, uma ciência vazia e desprendida da realidade social.

A busca de novos caminhos na análise multiparadigmática, não exige o pesquisador de trilhar as rotas tradicionais da pesquisa, tampouco o autoriza a descartá-las (CABRAL, 1998), conseqüentemente, isso não suprime os ensinamentos dos pensadores clássicos da Sociologia. Conforme orienta Alencar (2007) a busca por teorias mais inclusivas resulta da compreensão de que nenhum dos três grandes paradigmas sociológicos (consenso, conflito e interpretativa) é suficiente para explicar a complexidade da vida social, no entanto, uma reflexão conjunta sobre os seus fundamentos pode resultar em novas re-interpretações e construção de arcabouços teóricos que incorporem em único construto as dimensões “macro e micro”, “objetivo e subjetivo”, “estrutura e agência (ação)”, “indivíduo e sociedade”.

Embora, as instituições em formação em administração tendem a relegar as disciplinas das Ciências Sociais uma posição secundária em provimento de disciplinas mais técnicas e menos perturbadoras, Chanlat (2000) destaca a necessidade de retorno das dimensões sociais fundamentais para compreender a complexidade que adentra o mundo da gestão. Dentre essas categorias, o autor coloca o resgate do ator, isto é do sujeito, bem como da afetividade, da experiência vivida, do simbólico, da história e da ética.

Portanto, a Sociologia continua a ser um campo, cujas suas concepções têm muito a contribuir e dar respostas às questões cruciais da Administração. O retorno dessas dimensões sociais esquecidas ou ocultadas pelo campo da Administração, podem ser revisitadas a partir de uma análise multiparadigmática reflexiva. Além disso, o olhar sociológico deve continuar sempre à espreita de novos objetos da gestão e das organizações. Por isso, há uma necessidade da Administração manter um compromisso com os aspectos mais gerais e/ou abstratos da teoria

sociológica, para que se construa uma postura científica diferenciada, mais crítica, mais reflexiva e menos intransigente.

Considerações Finais

A centralidade que assumem as organizações na sociedade faz com que a administração seja incorporada como objeto de estudo em outras disciplinas que integram as Ciências Sociais. Fundamentado nesta perspectiva, este estudo procurou mostrar as influências da sociologia do conhecimento no campo da administração, traçando, assim, os seus limites e desafios.

Dentre estas influências, espera-se que qualquer que seja a pesquisa acadêmica no campo da administração, esta seja procedida por um processo de reflexão da tríade de pressupostos ontológicos, epistemológicos e metodológicos que apóia a realização de um trabalho, bem como a construção de conhecimento. Como pode ser observado, a reflexão desta tríade tem sido orientada pelas diferentes perspectivas do debate sobre os paradigmas: a ortodoxia do paradigma positivista, a incomensurabilidade dos paradigmas, os padrões da Modernidade ou do discurso da Pós Modernidade.

Não se pode negar a contribuição destas perspectivas para construção do conhecimento, entretanto, novas abordagens devem ser visualizadas para o avanço da administração como campo do conhecimento. É neste sentido, que o presente texto propôs a análise multiparadigmática, como uma abordagem capaz de oferecer novos *insights* que podem tanto complementar quanto substituir velhos paradigmas de forma mais reflexiva.

Ao elucidar as relações entre administração e sociologia do conhecimento e as contribuições da análise multiparadigmática, reconhece-se que a discussão aqui realizada está muito aquém de esgotar estas temáticas, que podem ser trabalhadas sobre outros contornos. No entanto, espera-se que as questões aqui debatidas instiguem um olhar inquieto daqueles que se ocupam do estudo em Administração e, que

procuram investigar os problemas atuais com uma atenção e um olhar às contribuições teóricas do passado, e outro nas contribuições mais recentes, de modo a se fundamentar em uma análise multiparadigmática. Para que essas fronteiras sejam estendidas para acolher os princípios multidisciplinares, a reflexividade deve ser vista como princípio norteador, capaz de propiciar maior diálogo, contextualização e interdisciplinaridade.

Além disso, é importante destacar que este texto está limitado a uma discussão filosófica e que alguns esforços têm sido feitos no sentido de ressaltar a dimensão pragmática, principalmente do ponto de vista metodológico e operacional da realização de pesquisas multiparadigmáticas, como por exemplo, o trabalho de Ottoboni (2009) sobre triangulação, o Lewis e Grimes (2005) sobre metatriangulação, o de Feitosa, Popadiuk e Drouvot (2009) que relatam a estrutura de uma pesquisa acadêmica sob a perspectiva multiparadigmática. Portanto, espera-se que trabalhos como estes possam continuar a ser desenvolvidos por pesquisadores que não se atêm apenas aos resultados pontuais de seus estudos, mas que estejam, sobretudo, engajados no movimento daqueles que também se preocupam com a construção do conhecimento em administração.

Por outro lado, conforme apontado por Teixeira, Nascimento e Carrieri (2012) é preciso ter cuidado ao associar um estudo à análise multiparadigmática, visto que há pesquisadores que combinam perspectivas diferentes sem, de fato, implicar a adoção de diferentes visões paradigmáticas, ou seja, a simples adoção de diferentes perspectivas não garante que a reflexão tenha atingido o âmbito multiparadigmático.

Somente a descrição das diversas maneiras de se interpretar um objeto pode não trazer uma consideração mais abrangente sobre ele, mas apenas revelar que sua natureza é controversa, o que não pressupõe uma análise multiparadigmática (MONTEIRO; FOUNTOURA, 2012). Com intuito de alertar para que análise multiparadigmática não se torne rasa e sem pressupostos bem amarrados, as mesmas autoras reforçam que essa proposta de desenvolver teorias organizacionais mais abrangentes, superando a limitada visão paradigmática dos fenômenos, ampliando as escolhas teóricas e metodológicas, conciliando posições antagônicas e

rompendo a dicotomia objetividade-subjetividade consiste em uma tarefa complexa, em que o pesquisador deve-se debruçar sobre os pressupostos divergentes, o que implica assumi-los de forma mais contundente, evitando, assim, que as considerações permaneçam em um nível mais superficial e sem avanços reais.

Enfim acredita-se nas contribuições da análise multiparadigmática nos estudos em administração, no entanto, é preciso que os esforços de reflexão sobre a dimensão pragmática da análise multiparadigmática, como os realizados por Teixeira, Nascimento e Carrieri (2012) e Monteiro e Fountoura (2012), sejam incentivados para que essa abordagem continuem sendo avaliada, aprendida e utilizada para além dos limites paradigmáticos.

Referências

AZEVEDO, A. A redução sociológica em perspectiva histórica. In: ENANPAD, 30., 2006, Salvador. *Anais...* Salvador, 2006.

ALENCAR, E. *Pesquisa em turismo*. Lavras: UFLA/FAEPE, 2007.

ALEXANDER, J. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. H. (Org.). *Teoria da ação social hoje*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

BOTELHO, A. Seqüências de uma sociologia política brasileira. *DADOS*, v. 50, n. 1, p. 49-82, 2007.

BURREL, G.; MORGAN, G. *Sociological paradigms and organizational analysis*. London: Heinemann Educational Book, 1979.

CABRAL, A. C. A. Reflexões sobre a pesquisa nos estudos organizacionais: em busca da superação da supremacia dos enfoques positivistas. In: ENANPAD, 22., 1998, Foz do Iguaçu. *Anais...* Foz do Iguaçu, 1998.

CARRIERI, A. P.; TALITA, R. Paradigmas e metodologias: não existe pecado do lado de baixo do Equador. In: ENANPAD, 22., 1998, Foz do Iguaçu. *Anais...* Foz do Iguaçu, 1998.

- CAMPOS, A. M. S. M.; COSTA, I. S. A. Espaços e caminhos para a pesquisa em administração: estimulando a prática da reflexividade. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, Edição Especial Comemorativa, p. 37-48, 2007.
- CHANLAT, J. F. *Ciências sociais e management: reconciliando o econômico e o social*. São Paulo: Atlas, 2000.
- CLEGG, S. R.; HARDY, C. Introdução: organização e estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.). *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1999. v. 1, p. 61-98.
- DALMORO, M. et al. Dominância epistemológica em estudos do campo: são ainda os administradores positivistas? In: ENANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2007.
- DEMO, P. Teoria – para quê? *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, Recife, v. 3, n. 2, maio/ago. 2005.
- DOMINGUES, J. M. *Teorias sociológicas no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FARIA, J. H. *Economia política do poder*. Curitiba: Juruá Editora, 2004.
- FEITOSA, I. L.; POPADIUK, S.; DROUVOT, H. Estruturação de pesquisas acadêmicas: a perspectiva multi-paradigmática. In: ENANPAD, 33., 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2009.
- FISCHER, T. M. D. Difusão do conhecimento sobre organizações e gestão no Brasil: seis propostas de ensino para o decênio 2000/10. In: ENEO, 1., 2000, Curitiba. *Anais...* Curitiba, 2000.
- FOUREZ, G. *A construção das ciências*. Introdução à filosofia e ética das ciências. São Paulo: UNESP, 1995.
- GARCIA, F. C.; BRONZO, M. As bases epistemológicas do pensamento administrativo convencional e a crítica à teoria das organizações. In: ENEO, 1., 2000, Curitiba. *Anais...* Curitiba, 2000. CD-ROM.

GUBA, E.; LINCOLN, Y. S. Competing paradigms in qualitative research. In: DENZIN, N. K.; LICONLN, Y. S. (Org.). *Handbook of qualitative research*. Londres: Sage, 1994.

GUERREIRO RAMOS, A. Uma abordagem substantiva da organização. In: _____. *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: FGV, 1989. p. 118-139

HASSARD, J.; KELEMENN, M. Production and consumption in the organizational knowledge: the case of paradigm debate. *Organization*, v. 9, n. 2, p. 331-355, 2002.

HATCH, M. J. *Organization theory*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

IANNI, O. A sociologia e o mundo moderno. *Tempo Social – Revista de Sociologia*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 7-27, 1989.

JONES, P. *Studying society: sociological theories and research practices*. Londres: Collins, 1993.

JUPIASSU, H. O espírito interdisciplinar. *Cadernos Ebape*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, out. 2006.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

LEWIS, M. W.; GRIMES, A. J. Metatriangulação: a construção de teorias a partir de múltiplos paradigmas. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 72-89, jan./mar. 2005.

LIEDKE FILHO, E. D. Sociologia brasileira: tendências institucionais e epistemológico- teóricas contemporâneas. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, n. 4, p. 216-245, jan./jun. 2003.

LIMA, L. A. A representação das múltiplas dimensões paradigmáticas no estudo da administração: um ensaio sobre os limites contidos nas defesas paradigmáticas excludentes. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 198-208, mar./abr. 2011.

- LOUNSBURY, M.; VENTRESCA, M. The new structuralism in organization theory. *Organization*, v. 10, n. 3, p. 457, aug. 2003.
- MANNHEIM, K. O problema de uma sociologia do conhecimento. In: BERTELLI, A. et al. *Sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- MATTEDI, M. A. Dilemas da simetria entre contexto social e conhecimento: a redefinição das modalidades de abordagem sociológica do problema do conhecimento. *Política e Sociedade*, Florianópolis, n. 4, p. 41-79, 2004.
- MORGAN, G. *Imagens da organização*. São Paulo: Editora Sage, 1996.
- _____. Paradigmas, metáforas e resolução de que-cabeças na teoria das organizações. *Revista de Administração de Empresas*, v. 45, n. 1, p. 58-71, jan./mar. 2005.
- MONTEIRO, L. A.; FONTOURA, Y. S. R. Perspectiva multiparadigmática e o debate objetividade-subjetividade em estudos organizacionais: possibilidades, alcances e limites. In: ENEO, 7., 2012, *Anais...* Curitiba, 2012.
- MONTEIRO, P. R. R.; VEIGA, R. T.; DOORNIK, B. F. N. V. Abordagens epistemológicas em administração: isolamento, hegemonia ortodoxa ou concepção pluralista? In: ENANPAD, 29., 2005, Curitiba. *Anais...* Brasília, 2005.
- MOREIRA, R. J. M. Sociedade e universidade: cinco teses equivocadas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro: UFRRJ, n. 3, p. 124-134, nov. 1994.
- OTTOBONI, C. Perspectivas de triangulação entre diferentes paradigmas na pesquisa em administração. In: ENANPAD, 33., 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2009.
- PECI, A.; ALCADIPANI, R. Demarcação científica: uma reflexão crítica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 28., 2004, Curitiba. *Anais...* Curitiba, 2004. CD-ROM.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. M. *Um toque de clássicos*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

SANTANA, W. G. P.; GOMES, A. F. Por uma convivência (não tão) harmônica entre paradigmas nos estudos organizacionais. In: ENANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2007.

SACOMANO NETO, M.; TRUZZI, O. S. S. Perspectivas contemporâneas em análise organizacional. *Gestão & Produção*, São Carlos, v. 9, n. 1, p. 32-44, abr. 2002.

SCHULTZ, M.; HATCH, M. J. Living with multiple paradigms: the case of paradigm interplay in organizational cultural studies. *Academy of Management Review*, v. 21, n. 2, p. 529-557, 1996.

SILVA, A. B.; ROMAN NETO, A. B. Perspectivas multiparadigmática nos estudos organizacionais. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA DE MELO, R.; SILVA, A. B. (Org.). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, R. V. A. Teoria da complexidade e pós-modernismo: contribuições da epistemologia complexa para os estudos. In: ENEO, 1., 2000, Curitiba. *Anais...* Curitiba, 2000.

SERVA, M. Contribuições da sociologia econômica à teoria das organizações. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 17, p. 105-122, 2002.

_____. O fato organizacional como fato social total. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. 131-152, 2001.

_____; ANDION, C. Teoria das organizações e a nova sociologia econômica: um diálogo interdisciplinar. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 10-21, 2006.

SOUZA, E. M.; BIANCO, M. F.; GARCIA, A. Pesquisa pós-moderna: a fragmentação e o devir no campo organizacional. In: ENANPAD, 30., 2006, Brasília. *Anais...* Brasília, 2006.

TEIXEIRA, J. C.; NASCIMENTO, M. C. R.; CARRIERI, A. P. Triangulação entre métodos na administração: gerando conversações paradigmáticas ou meras validações “convergentes”? *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 191-220, 2012.

TOWNLEY, B. Managing with modernity. *Organization*, v. 9, n. 4, p. 549-573, 2002.

VARÃO, R. Sobre clássicos, tradição e o campo comunicacional. *Estudos em Comunicação*, n. 5, p. 227-239, maio 2009.

VIEIRA, P. F.; BOEIRA, S. L. Estudos organizacionais: dilemas paradigmáticos e abertura interdisciplinar. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA DE MELO, R.; SILVA, A. B. (Org.). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo: Atlas, 2006.

*Recebido em junho de 2016.
Aprovado em agosto de 2016.*